



FÁTIMA VELEZ DE CASTRO,
JOÃO LUÍS FERNANDES
RUI GAMA

REDES, CAPITAL HUMANO E GEOGRAFIAS DA COMPETITIVIDADE

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

**A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NA
ESTRUTURAÇÃO GEOGRÁFICA DO
PROJECTO MIGRATÓRIO**

**THE INFLUENCE OF SOCIAL NETS IN THE
ESTRUTURATION OF THE MIGRATORY PROJECT**

Fátima Velez de Castro | velezcastro@fl.uc.pt

CEGOT (Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território/

Departamento de Geografia e Turismo (FLUC)

Universidade de Coimbra

Resumo

A Teoria das Redes/Capital Social, no quadro teórico das migrações, é muito importante para explicar a génese e a consolidação de determinados fluxos e destinos migratórios. O auxílio de familiares e amigos, estabelecidos no país de acolhimento, é decisivo para o potencial migrante definir o seu projeto migratório. Também para o desenvolvimento da cultura migratória no território de origem.

Neste estudo pretende-se analisar o efeito de uma rede migratória numa área de baixas densidades da Península Ibérica, e como veio alterar a paisagem local. E como poderá vir a ser relevante para a manutenção de estrangeiros em locais deste tipo, sobretudo no caso de áreas rurais em Portugal e Espanha.

Palavras-chave: rede social; migrações; rural; paisagem; Península Ibérica.

Abstract:

The theory of Social Nets/Social Capital, in the framework of theoretical approaches in migration issues, is very important to explain the beginning and the consolidation of some kind of flows and destinations. The help of family and friends, established in migration destination countries, is decisive to the potential immigrant define his migratory project. Even to develop a migratory culture in some territories and communities.

This study pretends to analyse the effect of a migratory network in a low density area of the Iberian Peninsula, and how it change the local landscape. And how it can be relevant to maintain and improve the presence of foreigners in such places in the case of rural areas in Portugal and Spain.

Princípios e pressupostos da Teoria das Redes Sociais

A OCDE (2009a, p.18-22, 81, 82; 2010, p. 20,21) estimava que no início do séc.XXI residissem nos seus países cerca de 82 milhões de imigrantes, prevendo que este número viesse a aumentar em décadas seguintes. São destacados três aspectos justificativos de tal tendência. Em primeiro lugar, a necessidade de população activa jovem, uma vez que os fracos níveis de natalidade e fecundidade dificilmente irão suprir o contingente necessário para as gerações serem renovadas. Em segundo lugar, a mobilidade estudantil e o incremento dos programas académicos de intercâmbio, farão com que o território da OCDE passe a dispor de um capital humano de excelência em termos de formação académica, o que pode ser entendido como uma vantagem “a explorar” pelos países receptores. Tal facto pode traduzir-se, por exemplo, numa política migratória de atracção deste contingente altamente qualificado. E por último, em terceiro lugar, o aumento do número de imigrantes irá reforçar e consolidar o papel das redes sociais de apoio à chegada de compatriotas. Em termos práticos, significa que a manutenção de determinados grupos alóctones no território,

gerará movimentos associativistas (formais ou informais) que potenciarão o estabelecimento de canais destinados a facilitar a entrada de indivíduos da sua nacionalidade, mantendo assim fluxos e respectivos sistemas migratórios.

A Teoria das Redes Sociais, desenvolvida por autores como Thomas e Znaniecki, Douglas Massey, James Coleman e Pierre Bourdieu, sistematiza e explica este pressuposto. As redes migratórias sociais definem-se como sendo um conjunto de relações que ligam os migrantes ou “retornados” com os seus parentes e amigos compatriotas. Podem-se materializar em formas de ajuda que facilitam e motivam a migração, por exemplo, através da assistência financeira na viagem, da acomodação em termos de residência, de contactos para obter emprego, entre outras situações. Além disso minimizam os custos e os riscos do processo migratório porque disponibilizam informação sobre o local de destino migratório, influenciando assim o processo de decisão, o que não quer dizer que esses dados sejam imparciais e correspondam no total à realidade.

Muitos migrantes efectuam a sua deslocação porque têm ligações com outros indivíduos que já o fizeram. Klagge e Klein-Hipass (2007, p.3-6) destacam a importância do capital humano - entendido a partir das competências e capacidades desenvolvidas pelo imigrante - e do capital social – as relações cooperativas estabelecidas pelo imigrante com outros actores ao nível financeiro, laboral, entre outros - quando aplicados no desenvolvimento dos locais de partida e de destino migratório. As redes têm portanto um efeito multiplicador, originando cadeias migratórias. Além de serem um meio que permite a valorização do capital humano e um importante elo de ligação entre o país de origem e o de destino, são microestruturas que geram, sustentam e consolidam sistemas migratórios.

Autores como Arango (2004, p.28) e Figueiredo (2005, p.44-45) destacam o auxílio prestado na inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e na ajuda à resolução de problemas inerentes à realidade do país de acolhimento, o que reduz as dificuldades iniciais e posteriores. Tal dinâmica permite que, em certa medida, se explique a continuação dos fluxos migratórios fomentada por estas ligações, mesmo em momentos e locais onde tal parece ser pouco oportuno ou vantajoso para quem se desloca.

Pode inclusive gerar a tendência para um declínio da selectividade inicial sobre os indivíduos, o que torna difícil para os governos controlarem os fluxos, pois uma vez estabelecidas as redes, estas passam a ter um certo domínio sobre o processo migratório. E quando o Estado tenta intervir, aplicando uma política migratória mais intransigente, pode estar a contribuir para o desenvolvimento do mercado de tráfico humano, baseado em redes clandestinas (Massey et al, 1998, p.45).

Em parte esta teoria reconhece que a constituição de uma estrutura de apoio à migração, formada por compatriotas a viverem no país de destino, interfere ao nível da informação fornecida aos potenciais migrantes. Contudo, poderá haver o risco de se construir uma imagem territorial desfocada ou distorcida da realidade. Partindo do princípio que o indivíduo necessita de fazer uma escolha entre territórios, terá em conta os factores repulsivos do local de origem o qual conhece porque aí desenvolve actividades laborais, sociais, etc. Ao considerar a ida para um lugar que desconhece, ou pelo menos onde nunca desenvolveu estas actividades, tem em linha de conta os potenciais factores atractivos, assim como informações oriundas de terceiros ou de elementos da própria rede, que podem enfatizar as expectativas criadas inicialmente. Sobre esta questão, Fischer e Martin (1997, p.87) referem:

“The information passed is not necessarily a complete or neutral picture of the situation abroad. Provided the information conveys the impression that pioneer migrants are relatively successful, past migration accelerates further decisions to “go” (chain migration). Apparent failure of pioneer migrants, however, has the opposite effect.”

Esta situação pode não ocorrer; contudo há que ter em atenção as condições de circulação da informação por condicionar a imagem territorial e comprometer o projecto migratório, se forem incutidas informações adulteradas sobre o contexto migratório.

Arango (2004, p.30) considera o papel das redes fundamental para a manutenção dos fluxos migratórios. Há outros factores que podem potenciar essa perpetuação espaço-temporal, como é o caso do desenvolvimento de uma cultura migratória no local emissor ou até mesmo a associação de empregos e

funções destinadas aos estrangeiros. Este tipo de ciclo cumulativo acaba por alimentar os fluxos migratórios com destino a regiões/sectores económicos específicos, sendo que em determinados casos as migrações internacionais se conseguem sustentar por si mesmo, sem o apoio de redes. As causas também são cumulativas, no sentido em que cada acto migratório altera o contexto social adjacente, o qual por sua vez irá contribuir para influenciar as subseqüentes decisões de migrar, visto que pode tornar o acto em si mais atractivo. Neste caso, contribuirá para construir uma imagem territorial positiva do local de destino. Assume-se assim que as migrações em massa não têm a sua evolução em forma de “∩” (haveria um momento de arranque; um aumento do fluxo; atingir-se-ia o clímax; posteriormente registava-se um abrandamento), mas antes em “S” (o fluxo iniciar-se-ia devagar para depois atingir o clímax).

Todavia, e embora alguns autores se refiram aos constrangimentos advindos da relação musculada entre os governos, as redes e os próprios imigrantes, nos seus princípios e pressupostos não é abordada a questão das redes clandestinas, que também é outra forma de organização dos fluxos. Massey (1998, p. 56,57) chama ainda a atenção para o facto do papel das redes sociais ser determinante na continuação dos fluxos migratórios, embora a actuação mais ou menos informal dos seus constituintes não colmate lacunas que são preenchidas pela existência de empresas de recrutamento que lucram economicamente com o tratamento do processo migratório.

A relação das Redes Sociais com as teorias e modelos migratórios

Os princípios da Teoria das Redes Sociais, também designada por Teoria do Capital Social, integram de forma transversal todo o quadro teórico no âmbito das migrações. A presença e organização dos indivíduos alóctones em território estrangeiro é tão importante, que a sua actuação acaba por explicar em parte o defendido em outras teorias e modelos nas migrações.

A Teoria das Causas Cumulativas desenvolvida por Myrdal e mais tarde por Massey, postula que ao longo do tempo as migrações internacionais, com a ajuda das redes sociais, têm tendência a se auto-sustentar e a se auto-perpetuar,

porque o estabelecimento de um fluxo migratório obriga à alteração da realidade existente quer no local de origem, quer no local de destino. Mas este último autor reconhece que o efeito multiplicador das redes é limitado, caso contrário os fluxos tornar-se-iam exponenciais e infinitos. Todos eles, regulares e irregulares, têm um fim, ou pelo menos um abrandamento, mesmo com a presença da rede de compatriotas, basta que haja a intervenção da política imigratória (menos permissiva) ou, tão ou mais importante, a alteração das condições económicas ou a redução dos postos de trabalho para imigrantes no destino migratório.

No âmbito da *Teoria da Atracção-Repulsão*, onde a mobilidade é explicada pela negatividade do local de partida e pela positividade do local de chegada, as redes sociais, à partida, podem auxiliar os indivíduos do ponto de vista imaterial, na perpetuação da imagem territorial dos dois pólos. Materialmente, ao reduzir os riscos associados à viagem, também estão a criar canais de circulação. Contudo Lee, crítico e reformulador da teoria nos anos 60 do séc.XX, refere que a linearidade da migração se vê comprometida pela existência de obstáculos, os quais as redes nem sempre conseguem superar, nomeadamente os que dizem respeito às condições/decisões individuais. Caso não haja uma forte cultura migratória, ou a comunidade/grupo familiar não tenha peso suficiente no processo decisório do migrante, mesmo havendo redes migratórias consolidadas no país de destino, pode não se verificar a migração.

Segundo a *Escola Neoclássica*, que encara os movimentos migratórios com base na diferença salarial entre regiões, os fluxos cessariam quando estas iniquidades se deixassem de verificar, ou seja, quando fosse real o equilíbrio salarial entre o local de origem e o local de destino migratório. Todavia, também se assume que isso nem sempre acontece, sendo que as migrações podem continuar, mesmo em situações de aproximação de salários entre a região de partida e de chegada. Essa situação tem como base a actuação das redes sociais, que com o tempo se consolidam no território, promovendo as deslocações, pois deixam abertos canais de mobilidade que podem implicar a continuidade dos fluxos no tempo e no espaço. Esta ideia é corroborada por De Haas (2011, p.9), que destaca o facto de a teoria não conseguir explicar situações em que ocorrem movimentos migratórios entre territórios onde na realidade não ocorrem diferenciais de salários.

Uma das que dá mais ênfase ao migrante é a *Teoria do Capital Humano*, que procura dar resposta a uma das críticas colocadas à Teoria da Atracção-Repulsão, ao tentar explicar porque é que alguns indivíduos têm mais propensão para migrar, comparando com outros que nas mesmas condições não o fazem. Partindo deste princípio, tenta perceber a causa das migrações, considerando que a educação está no cerne das motivações (Rocha-Trindade, 1995, p.77). As migrações são entendidas como uma forma de investimento em capital humano, onde os indivíduos procuram maximizar o período de tempo de usufruto do retorno desse investimento, nomeadamente através da valorização em termos de formação profissional (Figueiredo, 2005, p.29, 32). Significa que os mais jovens têm por isso mais propensão para migrar, com o objectivo de completarem a formação académico-profissional e como forma de adquirir mais conhecimentos ao longo da vida. Esta teoria realiza uma abordagem que destaca o papel do migrante como agente promotor das próprias migrações, mas também as redes sociais. Massey (1998, p.42) enfatiza o contributo de Glenn Loury, economista que introduziu o conceito de “capital social” para designar um conjunto de recursos inatingíveis nas famílias e comunidades que ajuda a promover o desenvolvimento social, principalmente entre os mais jovens. Refere-se ainda a Bordieu e Wacquant que o definem como sendo o somatório de recursos (reais ou virtuais) que podem ser possuídos individualmente ou por um grupo, os quais resultaram do conhecimento e das relações estabelecidas com redes mais ou menos institucionalizadas.

Os princípios da *Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado* também se relacionam com os pressupostos das redes sociais. Considera que os imigrantes menos qualificados tendem a trabalhar em sectores laborais “secundários” no país de destino migratório, o qual disponibiliza empregos e funções preteridas pelos nacionais (duras, mal pagas e pouco reconhecidas do ponto de vista social). Nesta lógica pode-se assistir à criação de nichos de mercado para estrangeiros, que se tornam atractivos para os potenciais migrantes, visão esta estimulada pelas redes sociais, que encontram nesta disponibilidade de postos de trabalho específicos uma forma de facilitar e mitigar os custos e riscos migratórios. Além disso, a formação de enclaves étnicos, económica e geograficamente definidos pela concentração de

serviços específicos da comunidade alóctone em causa, pode exigir a presença de mão-de-obra conterrânea para trabalhar em áreas específicas, por exemplo no comércio. Mais uma vez, na lógica anterior, as necessidades individualizadas do mercado de trabalho acabam por justificar e consolidar os canais migratórios estabelecidos pelas diversas comunidades estrangeiras a residir nos destinos migratórios.

Por fim, a *Teoria dos Sistemas Migratórios* têm uma visão de síntese ao apresentar uma abordagem transdisciplinar, já que concebe a interação de factores micro-estruturais (redes sociais, cultura migratória, etc.), meso-estruturais (mecanismos de interação entre os factores “micro” e “macro”, por exemplo, as redes organizadas de recrutamento de imigrantes – formais e informais) e macro-estruturais (conjuntura económica e política mundial, relações entre Estados, políticas migratórias dos países, etc.). Destaca assim o papel do capital social como coadjuvantes no processo de decisão da escolha dos territórios de destino migratório.

É com base nestes pressupostos que irá ser apresentado um estudo de caso numa região de baixas densidades, onde se destaca a importância das redes sociais na estruturação geográfica do projecto migratório dos estrangeiros que aí se fixaram.

A influência das Redes Sociais na geografia dos fluxos migratórios: o caso de um território de baixas densidades

O papel das redes sociais tem sido decisivo para a continuidade dos fluxos migratórios em locais de tradição imigratória, mas também definem novas geografias das migrações, abrindo canais de circulação nouro tipo de territórios. Foi o que se constatou no estudo de caso em análise, uma região transfronteiriça de baixas densidades na Península Ibérica, na Sub-Região do Alto-Alentejo em Portugal (concelhos de Castelo de Vide, Marvão, Portalegre, Arronches, Monforte, Elvas e Campo Maior) e de Badajoz em Espanha (comarcas de Alburquerque e Badajoz).

Inicialmente, a partir da observação empírica e da análise de dados estatísticos, constatou-se que apesar deste território apresentar um carácter repulsivo para os nacionais, que tendem a sair para residir e trabalhar em áreas urbanas, se considerava atractivo para determinados contingentes de estrangeiros que

aí se têm fixado. O que torna esta região atractiva para os alóctones? Como se tem materializado a actuação redes sociais no estabelecimento dos imigrantes neste(s) local(is) de ambos os países?

No sentido de dar resposta a esta e a outras questões, foi inquirida uma amostra de 280 imigrantes - 140 dos questionários aplicados em Portugal, o mesmo número em Espanha¹. Apresentar-se-ão as principais conclusões referentes ao contexto de reflexão proposto, por isso será enfatizado a importância do papel das redes sociais na abertura de canais de circulação migratória nesta região específica do sul da Europa.



Mapa 1. Delimitação da área de estudo na Península Ibérica
Fonte: Velez de Castro (2014)

No que diz respeito à origem dos imigrantes, tanto no território espanhol como no português, prevalecem os fluxos europeus, com destaque para os originários

¹ Referente ao universo de 7.786 estrangeiros registados (2008), segundo o SEF (Portugal) e dados da Fundación La Caixa (Espanha).

de países da União Europeia. Nos concelhos portugueses em estudo este valor é mais elevado, constituído sobretudo por indivíduos oriundos da Moldávia, Ucrânia (países extra UE), Roménia, Bulgária, seguido de Espanha, e depois do Reino Unido e da Alemanha (países da UE). Destaca-se também o contingente do Brasil no contexto americano, assim como de Angola no contexto africano. No asiático os originários da China têm uma presença quantitativa mais forte, embora estejam presentes imigrantes do Bangladesh. No caso espanhol não foi possível uma desagregação tão completa por nacionalidades, porém destaca-se o contingente de oriundos da União Europeia, sobretudo da Roménia e do Reino Unido, assim como de Marroquinos no contexto africano. No contexto americano não foi possível aferir as nacionalidades dominantes. Para o caso asiático refira-se que este é praticamente inexistente nos municípios pertencentes à comarca de Alburquerque, pelo que o registo da sua presença é mais notório nos municípios da comarca de Badajoz. A este facto não será alheia a estrutura funcional do comércio e serviços deste centro urbano.

Verifica-se um relativo equilíbrio de géneros embora, em termos gerais, se note uma ligeira predominância do sexo feminino (52,5%) face ao masculino (47,5%). A média de idades é de 40 anos; em Portugal, a média de idades considerada (43,5 anos) foi maior do que em Espanha (37 anos), o que se pode explicar pelos condicionalismos da própria amostra, mas também pode indicar a presença de populações diferentes de cada lado da fronteira: em território espanhol uma população imigrante mais jovem, em território português uma população imigrante mais envelhecida. Tal facto poderá estar relacionado com a tipologia das origens presentes e com a própria dinâmica demográfica interna dos grupos em questão. A presença de muitos imigrantes da Europa do Norte e do Centro nesta região do Alentejo, os *lifestyle migrants*, em especial nos concelhos de Marvão, Castelo de Vide, Portalegre e Arronches (na área correspondente à serra de São Mamede), que procuram o país para residir, trabalhar ou gozar a reforma já em idades mais avançadas, por um lado contribui para o aumento da média etária da amostra, por outro mesmo que tenham filhos, o que poderia colmatar esta dinâmica de envelhecimento, os mesmos raramente acompanham os pais na migração, excepto nos casos em que ainda são menores de idade.

Pela análise do estado civil, percebe-se que se trata de uma migração tendencialmente familiar, já que cerca de 60% dos inquiridos afirmaram ser casados ou estar a viver em união de facto. Dos casos de viuvez ou separação – 11,1% – ou dos que afirmavam ser solteiros – 28,9% – alguns assumiram relacionamentos de carácter informal. Neste caso, a situação é semelhante nos inquiridos portugueses e espanhóis.

Quase metade da amostra (41,7% dos inquiridos) tem formação académica pós-secundária e 27,9% concluiu o ensino secundário. Ainda assim 8,9% dos inquiridos afirmou não ter terminado o ensino primário ou frequentado qualquer grau de ensino. Uma análise por nacionalidades, permite perceber que em Espanha foram alguns elementos do grupo dos africanos e da UE27 (romenos) que afirmaram não ter frequentado ou concluído o nível académico mais elementar, assim como em Portugal tal aconteceu no caso de dois brasileiros. Mas este fenómeno é muito raro face à tendência geral, que é a de que os imigrantes que residem no território em estudo apresentem um elevado nível de qualificação académica. No caso espanhol, embora se tenham verificados graves lacunas escolares no grupo dos africanos, também se constatou que 24,6% dos inquiridos tinham concluído o ensino secundário e 42,2% tinha formação académica superior. No grupo da América Central/Sul estes valores aumentaram para 49,9%, sendo que nas nacionalidades da UE27 o número de indivíduos com formação académica superior é de 68,7%, embora no grupo de imigrantes europeus extra-UE27 os valores diminuam para 28,5%. No caso português os números alteram-se no que diz respeito ao grupo dos africanos, sul-americanos e também nos asiáticos, cujas qualificações académicas se centram entre o primeiro/segundo ciclo do ensino básico e o ensino secundário. No grupo dos imigrantes originário da Europa o cenário é diferente porque 41,4% refere ter concluído o ensino secundário, enquanto 44,2% tem formação superior. Em termos de educação superior, verifica-se a existência de indivíduos formados no ramo das humanidades; em formação de professores; em medicina, serviços de saúde e enfermagem; em direito e estudos jurídicos. Também se destacam casos de formação em artes; em engenharia, arquitectura, planeamento e indústria; em agricultura e silvicultura; em ciências, matemática e informática; em economia, comércio, administração, gestão e contabilidade;

em estudos sociais e do comportamento, administração pública, media, cultura, desporto e lazer; veterinária e engenharia agrónoma.

No que concerne à situação perante o trabalho, constatou-se a prevalência de trabalhadores por conta de outrem, quer no caso português, quer no caso espanhol (53,9% dos inquiridos), face aos que revelaram exercer uma actividade por conta própria (16,8% dos inquiridos) e ainda no grupo da população activa 9,6% confirmou estar desempregado.

No grupo da população inactiva, verificou-se que 6,4% são estudantes, 2,5% domésticas e de 9,3% reformados. Em Espanha constatou-se que nas comarcas em estudo havia uma maior prevalência do sexo feminino (93%) como trabalhadoras por conta de outrem, do que no sexo masculino (70,7%), o que pode ser associado ao facto de haver um grande número de mulheres a trabalhar em serviços públicos ou privados diversos (por exemplo na saúde, ensino, administração, etc, mas com patrão), com destaque para os serviços de limpeza, serviços domésticos e a prestação de cuidados a idosos e crianças. Em contrapartida existem mais homens como trabalhadores por conta-própria (29,3%) do que mulheres (7%). Sobressaem os pequenos comércios dos magrebins e dos chineses, sendo que estes últimos são uma comunidade que se dedica quase exclusivamente (a par da restauração) a este sector de actividade.

Nos concelhos portugueses em estudo, verificou-se uma tendência contrária. Uma maior prevalência de mulheres a trabalhar por conta-própria (34,8%, em relação a 27,8% dos inquiridos masculinos) do que por conta de outrem (65,2%, em relação a 72,2% dos inquiridos masculinos). Esta tendência pode ser explicada pelo facto de existir um grupo de mulheres, especialmente do grupo originário da UE (*sun-seekers*), em que algumas delas gerem negócios a par com os maridos/companheiros na área da agricultura ou do turismo. Outras exercem profissões liberais (por exemplo como dentista ou escritora de guias turísticos) ou então estão ligadas a outras situações mais pontuais (empresária de restauração, artesã, etc), mas que estão incluídas no cômputo dos imigrantes que resolveram “arriscar” numa actividade onde tiveram de investir, para serem “patrões de si mesmo”, como foi referido por alguns inquiridos.

A influência das redes sociais na abertura e consolidação de canais migratórios para regiões de baixas densidades

Tendo em conta o perfil dos imigrantes inquiridos, os quais constituem um contingente indicativo do universo estrangeiro a residir e a trabalhar na região estudada, e face aos resultados obtidos com o questionário por inquirido, constatou-se que a actuação das redes sociais foi decisiva em determinados momentos do projecto migratório. Em jeito de epítome, serão apresentados as principais áreas de actuação, assim como será discutida a actuação, dinâmica e efeitos do capital social sobre as comunidades imigrantes e o território.

- a) Chegada ao país de destino migratório, fixação no concelho/município actual de residência

Aquando da aplicação dos questionários, muitos dos inquiridos admitiram ter migrado para a região em causa pela presença de amigos e familiares já fixados no local, com capacidade de ajudar na viagem e instalação. Registe-se que essa foi a segunda causa mais referida para a escolha de Portugal e Espanha como destino migratório. Um terço da amostra referiu ter outros parentes a residir no país (irmãos, primos, cunhados, sobrinhos, ex-cônjuges) que auxiliaram ou pelo menos influenciaram a escolha do destino migratório.

A questão da reunificação familiar ou acompanhamento da família também é outro aspecto que se reveste de uma grande importância, pois impulsiona não só a saída do país de origem, como também a entrada no país de destino migratório. Trata-se de um factor comum a todos os grupos inquiridos, em particular referido pelas mulheres ou filhos que se juntaram ao cônjuge/pai num momento posterior ao processo migratório inicial.

Neste ponto há a destacar dois aspectos que, a par dos enunciados, parecem fundamentais para explicar as motivações de entrada dos imigrantes em Portugal/Espanha, e que estão ambos inter-relacionados. O primeiro relaciona-se com a existência de amigos/familiares que ajudaram no processo migratório, o que

indica a presença de comunidades consolidadas no território em estudo, os quais já estabeleceram canais de entrada de compatriotas. Tal facto confirma a importância das redes sociais no cenário migratório internacional, que neste caso concreto são indicadas como um dos factores decisivos para a escolha destes destinos migratórios.

É provável que perante esta dinâmica sócio-migratória, os inquiridos tenham ganho competências para o segundo aspecto verificado, ou seja, uma abordagem geográfica regional com maior confiança, na medida em que a maioria dos inquiridos afirmou que estes neste países era “fácil entrar”, sendo que alguns até consideraram a posição geoestratégica dos mesmos favorável, servindo como “porta de entrada para a Europa”. Não quer dizer que na realidade isto tenha acontecido ou venha a ocorrer, já que os inquiridos acabaram por admitir que esta era uma ideia que tinham antes de chegar aos países em questão. Para desmistificar esta tentativa, em muito contribuiu o facto da regularização, na maior parte dos casos, ter sido bastante morosa, além das vicissitudes de estabilização da vida profissional/familiar e da eminente crise económica, factores que abrandaram de facto esta (possível) vontade de empreender outra migração.

À escala local, a opção por residir/trabalhar nos concelhos/municípios em questão teve como motivo primeiro uma forte componente laboral, ou seja, os imigrantes que se estabeleceram fizeram-no porque foi neste território da raia ibérica que encontraram emprego ou pela existência de condições favoráveis ao estabelecimento de um negócio por conta própria (comércio, turismo, etc.). Mas a escolha também esteve relacionada com a existência de uma embrionária rede social de cariz familiar que influenciou de forma decisiva a geografia do projecto migratório à escala local, tendo este sido o segundo motivo mais apontado. Outros factores foram ainda referenciados – perspectiva de vida hedonista e ruralofílica, qualidade ambiental, clima, tranquilidade, segurança, preço adequado dos terrenos/casas/rendas das habitações – embora a presença de familiares e conterrâneos tenha especial destaque. No caso dos *sun-seekers*, quase todos sem família a residir na área de estudo, a decisão pela escolha do destino migratório local deveu-se ao “passa-palavra” de alguns amigos que já aí residiam ou nas imediações.

O papel da comunidade local em relação com as redes sociais também se revelou importante. Noutro ponto do questionário, quando foi pedido aos inquiridos para quantificarem o seu grau de integração no concelho/município de residência actual (de 0-nada integrado a 10-totalmente integrado), registou-se o valor médio de 6,8 (7 em Portugal e 6,7 em Espanha). A justificação dos resultados centrou-se não só processo de acolhimento da comunidade autóctone, como também na existência de amigos e familiares da mesma nacionalidade que ajudaram os imigrantes a se integrar no território.

Em suma, constata-se a existência de grupos de estrangeiros que, de maneira informal, estão a promover a abertura e manutenção de canais migratórios a contrerâneos, mitigando os riscos da deslocação e auxiliando na instalação.

b) Auxílio à entrada/regularização no país

Constatou-se que 73,9% dos inquiridos entraram nos respectivos países como imigrantes legais e 26,1% como imigrantes indocumentados. Aliás, na chegada ao país de destino, 65% dos imigrantes em Espanha referiu estar em situação legal, enquanto esse número para Portugal ascendeu aos 82,9% de inquiridos, em contraposição com os 35% que afirmaram que no momento de entrada e nos primeiros tempos de permanência em Espanha estavam em situação ilegal, o que ocorreu com 17,1% dos inquiridos em Portugal.

Dos inquiridos em situação legal cerca de metade (48,2%) tinha autorização de residência, enquanto 22,5% era cidadão europeu e 8,9% tinha dupla nacionalidade. A restante amostra estava em situação diferenciada: 6,8% dos inquiridos em situação legal tinham estatuto de residência de longa duração da UE; 3,2% visto de estada temporária; 3,2% visto de residência; 2,9% requereram autorização de residência; 1,8% estatuto de refugiado; 0,4% visto de residência. Numa análise territorial por grupo de imigrantes não se encontra à partida grandes diferenciações, embora se exceptue o caso do estatuto de refugiado, que é uma situação de exclusividade dos africanos originários do Sahara Ocidental, que pela situação política do seu país, têm vindo a requerer asilo a

Espanha, ainda na base dos laços histórias estabelecidos no contexto de colonização e de pós-colonização. No momento da aplicação do questionário (final de 2010/início de 2011), apenas 1,8% da amostra se encontrava em situação irregular, o que em termos absolutos correspondia a 5 inquiridos.

Vários agentes auxiliaram os inquiridos a regularizar a permanência, tendo-se constatado duas tendências. A primeira está relacionada com a importância das redes familiares e de compatriotas do país de origem para estes imigrantes, não só porque ajudam a diminuir os custos e os riscos da imigração, como também auxiliam a integração do imigrante na comunidade de chegada, como já se constatou. Esta atitude de colaboração para que o indivíduo consiga o estatuto de imigrante legal é uma forma de transmitir segurança à comunidade local, revelando que, à partida, as suas intenções “são boas”, e que pretende não só usufruir dos direitos que são comuns nalguns casos aos nativos, como também cumprir os respectivos deveres cívicos e institucionais.

A segunda situação está ligada com a importância das autoridades locais para a regularização dos imigrantes (CLAI – Centros Locais de Apoio ao Imigrante, em Portugal; SEIE-Secretaria de Estado da Emigração e da Imigração, em Espanha; SEF-Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em Portugal), evitando a deslocação a determinados locais mais distantes (capital dos países, por exemplo). Quando é referido o recurso a estes mesmos organismos noutra parte do país, isto ocorre sobretudo nos casos de imigrantes que não tiveram como destino primeiro o concelho/município onde agora vivem, por isso a sua regularização ocorreu em Lisboa/Porto, Madrid/Barcelona, ou noutros pontos do território onde já tinham residido (por exemplo, Setúbal, no caso português, ou Valência e Múrcia no caso espanhol).

Destaque-se a importância das associações de imigrantes, principalmente em Espanha, que funcionam na lógica das redes sociais. Porém o que parece diferir é o facto da rede ser um elemento fulcral da migração desde o momento em que esta é pensada e iniciada, enquanto que a associação é um organismo que tende a ser conhecido/contactado já depois da instalação do imigrante no país de destino imigratório.

A entidade patronal, assim como a comunidade autóctone (vizinhos e amigos), também foram destacados, o que já evidencia uma tendência de acolhimento por parte do território receptor.

Uma análise por grupos de inquiridos permitiu concluir que nos agentes auxiliares do processo de regularização, sobressai o papel da família e dos compatriotas residentes no país de destino no grupo dos africanos portugueses e espanhóis, assim como nos asiáticos. Nos originários de países centro/sul-americanos nas comarcas em estudo, destacou-se o papel da SEIE, assim como nos originários de países extra-UE27 em Portugal a importância do SEF. No caso dos sul-americanos neste último país, além do organismo referido, volta a ganhar importância a rede social familiar como coadjuvante do processo.

c) Obtenção de emprego e situações de desemprego

Uma análise por grupos permite identificar que em todos eles prevalece a forma de obtenção de emprego através de familiares/amigos do país de origem, tendência essa já referida, porém há ligeiras diferenciações ao nível territorial. No caso dos africanos, os amigos espanhóis e o contacto directo com os empregadores do país de chegada também assumem um papel importante. Já com os centro/sul-americanos o papel dos conterrâneos destaca-se de forma mais evidente dos outros grupos de imigrantes. No grupo dos europeus prevalece a tendência geral já indicada, embora nos originários de países extra-UE27 alguns tenham referido que este processo tinha resultado de uma iniciativa própria.

Em Portugal o papel dos familiares/amigos do país de origem dos imigrantes perde preponderância, embora no grupo dos asiáticos esta tendência permaneça, em prol do auxílio dado pelos amigos/conhecidos portugueses, que é mais frequente do que no território espanhol em estudo, como foi referido pelos inquiridos. No caso dos africanos ganha importância o papel dos amigos portugueses, assim como dos empregadores desta nacionalidade, o que pode ser explicada pela permanência há mais tempo destes imigrantes no território em estudo.

Destaque-se que os imigrantes de origem extra-UE27 têm a sua busca de emprego relacionada com a procura por parte de patrões portugueses, o que acontece também com os imigrantes de países da UE27, em especial búlgaros e romenos, fruto da imagem positiva que detêm junto ao patronato português

desta região, que os entendem como indivíduos trabalhadores e que por isso têm tendência a apresentar níveis de produtividade muito satisfatórios.

Nos *sun-seekers* prevalece a iniciativa própria, aqui entendida num limiar mais restrito. De uma forma lata, pode-se considerar que se tratam de iniciativas próprias, uma vez que o imigrante é o impulsionador primeiro da sua migração, mesmo que seja influenciado por factores externos (pela cultura migratória do local de origem, pelos exemplos positivos dos que emigraram, etc.). É ele que tem o poder de decidir, embora possa implicar um aval familiar/comunitário. Neste caso, o que se admite é que próprio imigrante estrutura o seu projecto de emprego, encontrando pontos de contacto e estratégias para concretizar as suas ideias sem ajuda directa de agentes externos (redes sociais, empregadores do país de chegada, etc.).

As diferentes propensões identificadas nos grupos reflectem a dinâmica interna dos mesmos, a sua relação com o mercado de trabalho, com a população nativa e os compatriotas, a qual se revelou bastante forte e ainda numa relação de complementaridade. De qualquer forma, não se deve descurar por um lado o papel do território receptor, onde os diversos intervenientes auxiliam no processo, desde os amigos/conhecidos até aos patrões do país de chegada, e por outro a própria iniciativa individual do imigrante, quando lidera o processo de procura de emprego sozinho, revelando uma relação de índole positiva com a sociedade receptora que aceita e integra estes estrangeiros no mercado de trabalho, considerados como uma mais-valia.

Foi também analisada a questão do desemprego, sendo a taxa da amostra de 12%. Atente-se que em termos geográficos, o fenómeno é relativamente similar em ambos os países em estudo. Nos municípios espanhóis em estudo os níveis de desemprego eram mais elevados (55,6%) do que nos concelhos portugueses (44,4%). Porém, em ambos os casos, parece existir uma maior prevalência dos níveis de desemprego nas sedes de freguesia ou nas cidades, do que nas freguesias/comarcas rurais em especial no caso português. Este facto pode estar relacionado com a concentração dos imigrantes nos espaços urbanos (cidades de Badajoz, Portalegre e Elvas), assim como nas sedes de concelho, o que conduz a uma maior pressão no próprio emprego imigrante, daí o maior domínio destes casos.

Uma análise por sexo permite perceber que há diferenças territoriais marcantes, isto é, no território de estudo espanhol, 53,3% dos desempregados eram do sexo feminino, em contraposição a 46,7% do sexo masculino. Já no caso português verificou-se o inverso, sendo o contingente desempregado do sexo masculino mais elevado (66,7%), do que o do feminino (33,3%). Tendo em conta todos os indivíduos activos da amostra, também se observou que 39,4% estavam ou já tinham estado desempregados desde que entraram em Espanha/Portugal. Para 60,6% tal não tinha acontecido. Dos que referiram estar ou já ter estado desempregados, 90,9% referiram ter ocorrido no concelho/município onde agora residem, sendo que 9,1% afirmou que a situação de desemprego tinha ocorrido fora dos mesmos. Tal facto parece ser mais comum entre indivíduos do sexo masculino, no caso espanhol, no contingente africano e centro/sul-americano, enquanto que em Portugal a mesma tendência se verifica com o grupo sul-americano e dos originários europeus de países extra-UE.

Tomando como exemplo os asiáticos ou os europeus da UE (referente a *lifestyle migrants*) os valores de desemprego são praticamente inexistentes, o que se pode associar ao espírito de empreendedorismo. Conclui-se que parece haver, à primeira vista, uma maior vulnerabilidade laboral naqueles que trabalham por conta de outrem e que estarão mais expostos às oscilações do mercado de trabalho. O motivo do desemprego na maior parte dos casos justificou-se pela não renovação dos contratos de trabalho, assim como pela redução de pessoal e dispensa de trabalhadores motivado pela falência das empresas onde trabalhavam. A falta de pagamento de ordenados e casos de maus-tratos e exploração também foram referenciados, aliado a situações de irregularidade quanto à permanência nestes países de chegada. A rescisão voluntária também foi um motivo apontado, embora se tenha manifestado como situação mais esporádica. Este facto é similar em todo o território de estudo.

Quando questionados sobre o modo de subsistência no momento de desemprego houve duas orientações que se revelaram pertinentes. Do contingente de imigrantes desempregados, 67,6% auto-suporta-se/suportou-se materialmente nesse período (com recurso às poupanças, por exemplo), enquanto 32,4% dependem/dependeram do subsídio de desemprego.

Isto significa que a maior parte não incorre em despesa para o Estado, seja porque uma situação de ilegalidade prévia que não o permitiu, seja porque houve mecanismos no próprio despedimento que o impediram. Dos que referiram não depender do Estado para (sobre)viver em período de desemprego, 43,4% referiu estar a cargo da família ou a ser ajudados por amigos, resposta comum aos inquiridos africanos e centro-sul americanos em Espanha, assim como aos sul-americanos em Portugal; 14,4% afirmou desempenhar tarefas precárias/informais (“biscates”). Em suma, a grande maioria dos inquiridos não está/estive a beneficiar do subsídio de desemprego, não comportando qualquer sobrecarga para o Estado. Nestes casos as redes sociais, sobretudo a família, ocuparam e ocupam um papel central no sustento destes imigrantes, incentivando-os permaneçam neste território na espera de novas oportunidades de emprego.

d) Perspectiva de permanência no território

Neste âmbito foram realizadas questões directas aos inquiridos, tendo em conta três escalas de análise. Na primeira foi indagada a intenção de regresso ao país de origem, pelo que 39,6% dos inquiridos não o pretende fazer, 35% ainda não sabe e 25,4% indicou que quer voltar. De todos os grupos em análise, os centro/sul-americanos nas comarcas em estudo foram aqueles que manifestaram mais interesse em regressar. Em ambos os países também os originários de países da UE27 manifestaram esta tendência, tendo os *sun-seekers*, sobretudo os indivíduos reformados, afirmado que gostariam de estender a sua permanência ao máximo no território em estudo. São as suas limitações de saúde, características de idades avançadas, que estão a pôr em causa essa intenção.

A segunda escala em análise também foi de carácter extra-nacional, porém particularizou-se o país em si, tendo sido questionado se pretendiam sair de Portugal ou Espanha com o objectivo de emigrar para outro país. Verificou-se que 63,2% dos inquiridos respondeu que não, que pretendia continuar o processo imigratório nos países em estudo, sendo que 26,8% se encontram indecisos. Apenas 10% afirmou querer efectuar/continuar o processo migratório

noutro país que não Portugal e Espanha, tendo-se destacado com esta intenção o grupo dos africanos nas comarcas em análise, assim como o grupo de outros originários da UE27 em Portugal. Quando questionados sobre os destinos pretendidos, foram referidos países de tradição imigratória – Alemanha, Reino Unido, França, Suíça, Canadá, Estados Unidos da América – assim como outros – Itália ou a Noruega, Portugal (no caso de inquiridos a residir em Espanha) e Espanha (no caso de inquiridos a residir em Portugal).

A terceira escala em causa restringiu-se ao nível regional/local, nos próprios países, tendo sido perguntado aos inquiridos se pretendiam sair do concelho/município onde actualmente residiam, para se fixarem noutro concelho/município do país. Neste caso 56,8% dos respondentes referiram não ter intenção de o fazer, assim como 28,6% ainda não o sabe, sendo que apenas 14,6% afirmaram pretender ir residir noutro concelho/município do país.

Nesta análise é de destacar dois pormenores de interesse. O primeiro diz respeito à diferenciação nacional. Em Portugal 70,7% dos inquiridos pretende permanecer no concelho em que reside, enquanto em Espanha esse valor diminui para os 42,9% de inquiridos. Em contraposição de leitura, em Espanha há mais imigrantes com intenção de migrar dentro do próprio país (22,1%) do que em Portugal (7%).

O segundo aspecto leva a constatar que, a uma escala local, são os africanos e os centro/sul-americanos a residir na cidade de Badajoz, que pretendem ir residir/trabalhar para outras regiões espanholas. Ou seja, sendo Badajoz o centro urbano regional de maiores dimensões do estudo, uma cidade que apresenta mais perspectivas de ofertas de trabalho, educação, serviços de saúde, de lazer, entre outros, do que o território adjacente em estudo, não se esperaria à partida que houvesse uma tendência marcada de saída destes imigrantes. Aliás, todos os outros inquiridos na comarca de Alburquerque, assim como a grande maioria dos imigrantes a residir nos concelhos portugueses, afirmou com veemência que pretendia permanecer no local de residência em causa.

As motivações indicadas para a saída do concelho/município são as mesmas indicadas para a saída do país, devendo-se para estes dois planos destacar a importância das redes sociais de entreajuda, as quais desempenham um papel muito importante não só na própria construção da imagem territorial junto

do potencial migrante, como também de auxílio à migração pela minimização dos custos e riscos inerentes ao processo em si. No que diz respeito à questão da permanência é de referir que os imigrantes foram questionados indirectamente sobre o tema, quando se tentou perceber se a imigração tinha sido logo de início realizada com o acompanhamento da família, ao que 50,4% dos inquiridos responderam quem sim, sendo que 11,4% indicaram que já tinham procedido ao reagrupamento familiar. Dos 38,2% que responderam terem efectuado uma migração individual e continuarem neste estado, a grande maioria, salvo raras excepções, confirmou que era seu objectivo reunir o núcleo familiar mais próximo (cônjuge e filhos, embora também tivesse havido referência a casos de pais/sogros e irmãos/cunhados) no concelho/município de residência actual.

Tal tendência pode indicar que, mesmo que haja intenção de retorno, este deverá verificar-se a longo prazo, já que a vinda da família mais próxima implica um investimento que parece ser demasiado dispendioso, do ponto de vista material e imaterial, para ser apenas temporário. Questiona-se deste modo se a vinda do agregado familiar mais próximo por si mesmo pode gerar a fixação dos imigrantes na área de estudo, o que é válido. Porém, das observações realizadas pelos inquiridos, o que sobressai é que a vinda da família implicará um período de adaptação à nova realidade, a qual será efectuada no concelho/município em causa. Para alguns, como já foi observado, pode haver a intenção de uma posterior migração para as regiões mais urbanizadas e com mais oferta de emprego em Portugal/Espanha, ou então para outras regiões indicadas, porém o que fica claro é que a intenção de emigração à escala internacional é tendencialmente mais indicada pelos migrantes que se encontram sozinhos, sem agregado familiar constituído, ou então por aqueles que têm uma rede social de apoio para realizar a deslocação.

Conclusão

A influência das redes sociais no panorama migratório, da escala global à escala local, revela-se de extrema importância no processo de decisão, de deslocação e de permanência dos indivíduos nos territórios de destino migratório.

Do ponto de vista teórico, verificou-se que os princípios e pressupostos da Teoria das Redes Sociais se relacionam transversalmente com as linhas de actuação defendidas pelas principais teorias e modelos migratórios. O apoio associativo (forma ou informal) de migrantes a conterrâneos que desejem efectuar a sua migração, funciona como um ponto de apoio fundamental para a estruturação e prossecução do projecto migratório. Daí que se explique a formação e manutenção de determinados canais e fluxos de migrantes, assim como a consolidação de sistemas migratórios que, pela permanência territorial e temporal, evoluam para a situação/estatuto de diásporas.

Do ponto de vista prático, constatou-se que a presença de imigrantes num território ibérico interior, de baixas densidades, com um carácter aparentemente repulsivo para os nacionais, em muito se deveu à actuação de embrionárias redes sociais (embrionárias) de apoio à migração. Na relação entre os dois planos, conclui-se que não existe uma diferenciação concreta relativamente a comunidades específicas, isto é, independentemente das habilitações literárias, do perfil profissional, de experiências migratórias anteriores ou da facilidade em aceder a territórios (do ponto de vista burocrático ou monetário), todos os migrantes revelam que o suporte das redes sociais, seja material ou imaterial, é de grande importância tanto para ultrapassar os obstáculos da deslocação e estabelecimento no país/local de destino, como para o sucesso do projecto migratório.

Bibliografia

- Arango, J. (2004). Theories of international migration. In Joly, D. (Ed.). *International migration in the new millennium. Global movement and settlement*. Reino Unido: Ashgate, 15-120.
- Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (2005). *As migrações num mundo interligado: novas linhas de acção. Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- De Hass, H. (2011). *The determinants of International migration. Conceptualizing policy, origin and destination effects*. Reino Unido DEMIG project paper nº2, University of Oxford.
- De Wind, J.; Holdaway, J. (2008). Internal and international migration and development: research and policy perspectives. In IOM. *Migration and Development within and across borders. Research and policy perspectives on internal and international Migration*. Genebra e Nova Iorque: International Organization for Migration, The Social Science Research Council.

- Figueiredo, J.M. (2005). *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento. Realidades compatíveis no contexto Europeu?* Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Fischer, P.A.; Martin, R. (1997). Interdependencies between development and migration. In Hammar, T.; Brochmann, G.; Tamas, K.; Faist, T. (Eds.). *International migration, immobility and development. Multidisciplinary perspectives*. Nova Iorque: Berg.
- IOM (2008). *Migration and Development within and across borders. Research and policy perspectives on internal and international Migration*. Genebra e Nova Iorque: International Organization for Migration, The Social Science Research Council.
- IOM (2010). *Migration Initiatives Appeal 2010*. Genebra: International Organization for Migration, Donor Relations Division.
- Klagge, B.; Klein-Hitpass, K. (2007). *High-skilled return migration and knowledgebased economic development in regional perspective. Conceptual considerations and the example of Poland*. CMR Working Papers, nº19/77, (policopiado).
- Massey, D. et al (1998). *Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium*. Oxford: Clarendon Press.
- OCDE (2009). *The Future of International Migration to OECD Countries*. Paris: OCDE Publishing.
- OCDE (2010). *International Migration Outlook – SOPEMI 2010*. Paris: OCDE Publishing.
- PNUD (2009). *Human Development Report 2009: Overcoming barriers: Human mobility and development*. In: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/TH> (acedido em 07/05/2015)
- Rocha-Trindade, M.B.(1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Velez de Castro, F. (2013). Imigração e territórios em mudança. Teorias e prática(s) do modelo de atracção-repulsão numa região de baixas densidades. *Cadernos de Geografia*, 30/31, 203-213.